

Estratégias pedagógicas para ensino-aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais

AMANDA CARLOU*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir a inclusão educacional de crianças com necessidades especiais a partir do conceito de adaptações pedagógicas. Sendo assim, este estudo tem como foco principal o processo ensino-aprendizagem dos estudantes nas classes regulares e visa entender os processos necessários para elaboração de estratégias educacionais que privilegiem a efetivação da educação inclusiva. No paradigma da inclusão, a sociedade deve promover condições de acessibilidade, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viverem de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida. Nesse contexto, a educação inclusiva torna-se um direito inquestionável e incondicional. Dessa forma, para que a escola se traduza em um espaço que privilegia a diversidade é fundamental a elaboração de estratégias adaptadas às necessidades individuais de cada estudante.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Adaptações pedagógicas.

Abstract

This study aims to discuss the educational inclusion of children with special needs from the concept of pedagogical adaptations. Thus, this study has as main focus the teaching-learning process of students in the regular classes and aims to understand the processes necessary for the elaboration of educational strategies that favor the implementation of inclusive education. In the inclusion paradigm, society should promote accessibility in order to enable people with disabilities to live independently and fully participate in all aspects of life. In this context, inclusive education becomes an unquestionable and unconditional right. Thus, in order for the school to translate into a space that privileges diversity, it is fundamental to develop strategies adapted to the individual needs of each student.

Key words: Education; Inclusion; Pedagogical adaptations.



* AMANDA CARLOU é doutoranda em Educação/UERJ e pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

1. Breve contextualização da educação inclusiva

O movimento nacional para incluir todos os estudantes na escola e o ideal de uma escola para todos vêm dando novo rumo às expectativas educacionais para os alunos com necessidades especiais.

A partir da década de 90, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período, fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de pessoas encaminhadas para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços educacionais.

A inclusão veio para garantir o direito de todos à uma educação de qualidade, essa concepção proclama que todos se beneficiam quando as escolas promovem respostas às diferenças individuais de estudantes. Nessa perspectiva é necessário que os sistemas educacionais sejam planejados e organizados considerando a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas ou outras e que deem conta da diversidade dos alunos e oferecendo respostas às suas individualidades (BOOTH; AINSCOW, 2002).

Em termos legais, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência outorgada pela ONU em 2006 é ratificada pelo Brasil como emenda constitucional, por meio do decreto Legislativo 186/2008 (BRASIL, 2008) e pelo Decreto Executivo 6949/2009 (BRASIL, 2009). Estes documentos sistematizam estudos e debates mundiais, criando uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social.

Além disso, esse tratado internacional altera o conceito de deficiência que, até então, representava o paradigma integracionista, calcado no modelo clínico de deficiência, em que a condição física, sensorial ou intelectual da pessoa se caracterizava como obstáculo à sua integração social, cabendo à pessoa com deficiência, se adaptar às condições existentes na sociedade.

Abarcando essa concepção, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006, Art.1) define:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No paradigma da inclusão, a sociedade deve promover condições de acessibilidade, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viverem de forma independente e participarem plenamente de todos os aspectos da vida. Nesse contexto, a educação inclusiva torna-se um direito inquestionável e incondicional. O artigo 24 (ONU, 2006) ressalta o direito da pessoa com deficiência à educação indicando que: “[...] para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os estados partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida[.]”.

Esse princípio fundamenta a construção de novos marcos legais, políticos e pedagógicos para a educação e impulsiona os processos de elaboração e desenvolvimento de propostas pedagógicas que visam assegurar as condições de acesso e participação de todos os estudantes no ensino regular.

Neste processo são questionadas as práticas educacionais concebidas a partir de um modelo padrão de estudante, de professor, de currículo e de gestão, inclusive redefinindo a compreensão acerca das condições de infraestrutura escolar e dos recursos pedagógicos para a aprendizagem (SASSAKI, 1997).

No Brasil, os documentos têm como base os apontamentos da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), onde se indica que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família com a colaboração de toda a sociedade. A definição da educação como direito de todos e dever do Estado assegura que o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência de todos na escola.

Sendo assim, o movimento pela inclusão se constitui numa postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação, e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças. Dessa forma, promove a necessária transformação da escola, e das alternativas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento de todos os estudantes independente de suas condições, quaisquer que elas sejam (LOPÉZ, 2012).

É preciso considerar que a escolarização de todos sem discriminação envolve uma atitude extremamente importante na organização do ensino: as escolas deverão adaptar-se a todos os alunos que nelas entram, e não ao contrário. Como assinala Carvalho (2004, p. 77): “são escolas com as condições necessárias e indispensáveis para oferecer respostas educativas adequadas às necessidades individuais de aprendizagem de todos e de cada um de seus aprendizes”.

Assim, a implantação da educação inclusiva requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, entre outros. Ou seja, na escola como um todo, através de ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades individuais dos estudantes.

A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino.

Para consolidação desse paradigma, entretanto, é preciso reconhecer que cada aluno aprende de uma forma, e com um ritmo próprio (MORIN, 2011). Isso significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo as adequações necessárias do currículo. O êxito da inclusão escolar depende, dentre outros fatores, da eficiência no atendimento à diversidade da população estudantil (CARVALHO, 2004).

Então, como atender a essa diversidade? Para essa pergunta é preciso considerar muitos fatores, dentre eles: elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os alunos, desde a concepção dos objetivos; reconhecer todos os tipos de capacidades

presentes na escola; sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos; adotar metodologias diversas e motivadoras; avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipadora, em função do seu progresso e do que poderá vir a conquistar.

A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. Para isso será necessário a quebra do “engessamento” do contexto educacional através da diversificação e flexibilização do processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais.

Atender a demanda de uma educação para todos requer, portanto, respostas educacionais adequadas envolvendo graduais e progressivas adequações do currículo.

2. Estratégias pedagógicas para favorecer a inclusão

Uma escola inclusiva procura responder às necessidades de todos os alunos que a frequentam, o que exige a criação de oportunidades para que estes se sintam acolhidos e participem ativamente nas atividades escolares. Nesse sentido, a inclusão impõe mudanças importantes no papel e nas funções da escola, assim como, na maneira de desenvolver práticas pedagógicas eficazes que garantam a aprendizagem de todos (HEREDERO, 2007).

A inclusão educacional requer o estabelecimento de **estratégias** de ensino flexíveis e diferenciadas de modo a proporcionarem experiências de aprendizagem adequadas e desafiantes para todos os alunos, isso implica que o currículo sofra **adequações** às necessidades individuais dos estudantes.

2.1 Adaptações Curriculares

Adaptações curriculares são estratégias que favorecem o desenvolvimento do estudante no contexto de sua escola, considerando suas individualidades, através do princípio de atenção à diversidade.

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos (LOPÉZ, 2012). Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam uma prática pedagógica fundamentada em critérios que definem:

- ✓ O que o aluno deve aprender;
- ✓ Como e quando aprender;
- ✓ Que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- ✓ Como e quando avaliar o aluno.

Para que alunos com necessidades educacionais especiais possam se beneficiar integralmente de ambiente rico de oportunidades educacionais alguns aspectos precisam ser considerados, destacando-se entre eles, a preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores; o apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários; as adequações curriculares e de acesso ao currículo.

A maior parte das adaptações curriculares realizadas na escola é considerada menos significativa, porque implicam modificações menores no currículo regular e são facilmente realizadas pelo docente no planejamento normal das atividades e constituem pequenos ajustes dentro do contexto de sala de aula. No entanto, para a consolidação de uma educação inclusiva será necessário também a realização de adaptações muito significativas no contexto escolar, que são consideradas modificações maiores, mas ambas adaptações são importantes e fundamentais para o desenvolvimento dos alunos (BLANCO, 2004).

No entanto, independentemente do tipo de adaptação necessária, alguns aspectos devem ser previamente considerados para se identificar o tipo de adaptação necessária em qualquer nível:

- ✓ Qual é a real necessidade dessas adaptações?
- ✓ Qual é o nível de competência curricular do aluno, tendo como referência o currículo regular?

Identificando essas demandas deve-se atentar para o caráter processual de qualquer adaptação, de modo que permita alterações constantes e graduais nas tomadas de decisão.

2.1.1. Adaptações simples ou pouco significativas

Esse tipo de adaptação refere-se às modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação efetiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular.

Quadro 1: Adaptações simples ou pouco significativas (MANJÓN, 1995, p.89)

Organizativas	Organização de agrupamentos Organização didática Organização do espaço
Relativas aos objetivos e conteúdos	Priorização de áreas ou unidades de conteúdos Priorização de tipos de conteúdos Priorização de objetivos Sequenciação Eliminação de conteúdos secundários
Avaliativas	Adequação de técnicas e instrumentos Modificação de técnicas e instrumentos
Nos procedimentos didáticos e nas atividades	Modificação de procedimentos Introdução de atividades alternativas às previstas Introdução de atividades complementares às previstas Modificação do nível de complexidade das atividades Eliminando componentes

	Sequenciando a tarefa Facilitando planos de ação Adaptação dos materiais Modificação da seleção dos materiais previstos
Na temporalidade	Modificação da temporalidade para determinados objetivos e conteúdos previstos

2.1.2 Adaptações Significativas

As adequações significativas, de um modo geral, constituem estratégias necessárias quando os alunos apresentam sérias dificuldades para aprender, como resultado, entre outros fatores: da defasagem entre a sua competência curricular e a de seus colegas; da discrepância entre as suas necessidades e as demandas das atividades e expectativas escolares; da crescente complexidade das atividades acadêmicas que vai se ampliando, na medida do avanço na escolarização.

Quadro 2: Adaptações significativas (MANJÓN, 1995, p.91)

Objetivos	Eliminação de objetivos básicos, Introdução de objetivos específicos, complementares e/ou alternativos.
Conteúdos	Introdução de conteúdos específicos, complementares ou alternativos; Eliminação de conteúdos básicos do currículo.
Metodologia e Organização Didática	Introdução de métodos e procedimentos complementares e/ou alternativos de ensino e aprendizagem. Organização Introdução de recursos específicos de acesso ao currículo.
Avaliação	Introdução de critérios específicos de avaliação, Eliminação de critérios gerais de avaliação, Adaptações de critérios regulares de avaliação, Modificação dos critérios de promoção.
Temporalidade	Prolongamento de um ano ou mais de permanência do aluno na mesma série ou no ciclo (retenção)

Para o atendimento às necessidades individuais dos estudantes é necessário ainda, considerar outros aspectos, tais como:

- ✓ **Adaptações no nível do Projeto Pedagógico** (Currículo Escolar): referem-se às medidas de ajuste do currículo em geral, que nem sempre

precisam resultar em adaptações individualizadas. Essas ações visam flexibilizar o currículo para que ele possa ser desenvolvido na sala de aula e atender às necessidades especiais de alguns alunos.

✓ **Adaptações relativas ao currículo da classe:** são realizadas pelo professor e destinam-se à programação das atividades da sala de aula. Focalizam a organização e os procedimentos didático-pedagógicos e destacam o como fazer, a organização temporal dos componentes e dos conteúdos curriculares e a coordenação das atividades docentes, de modo que favoreça a efetiva participação e integração do aluno, bem como a sua aprendizagem.

✓ **Adaptações individualizadas do currículo:** focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento do aluno. Tem como base a definição do nível de competência curricular do educando, bem como a identificação dos fatores que interferem no seu processo de ensino-aprendizagem.

✓ **Adaptações de acesso ao currículo:** correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais, bem como aos recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos. São definidas como alterações ou recursos espaciais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar os alunos com necessidades educacionais especiais a desenvolver o currículo escolar.

✓ **Diversificação curricular:** Alguns alunos com necessidades especiais revelam não conseguir atingir os objetivos, conteúdos e componentes propostos no currículo regular ou alcançar os níveis mais elementares de escolarização. Nessas circunstâncias, verifica-se a necessidade de realizar adequações significativas no currículo para o atendimento dos alunos e indicar conteúdos curriculares de caráter mais funcional e prático, levando em conta as suas características individuais. A elaboração e a execução de um programa dessa natureza devem contar com a participação da família e ser acompanhadas de um criterioso e sistemático processo de avaliação pedagógica e psicopedagógica do aluno.

✓ **Sistemas de Apoio:** Pode-se definir apoio como recursos e estratégias que promovem o interesse e as capacidades da pessoa, bem como oportunidades de acesso a bens e serviços, informações e relações no ambiente em que vive. O apoio tende a favorecer a autonomia, a produtividade, a integração e a funcionalidade no ambiente escolar e comunitário.

✓ **Avaliação e promoção:** o processo avaliativo deve focalizar – *os aspectos do desenvolvimento* (biológico, intelectual, motor, emocional, social, comunicação e linguagem); *o nível de competência curricular* (capacidades do aluno em relação aos conteúdos curriculares anteriores e a serem desenvolvidos); *o estilo de aprendizagem* (motivação, capacidade de atenção, interesses acadêmicos, estratégias próprias de aprendizagem, tipos preferenciais de agrupamentos que facilitam a aprendizagem e condições físico-ambientais mais favoráveis para aprender). Em relação à promoção dos estudantes que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. A

decisão sobre a promoção deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adequações curriculares do aluno.

A inclusão procura assegurar o acesso, a participação e o sucesso de todas as crianças e jovens em contextos regulares de educação e ensino, combatendo-se deste modo qualquer forma de exclusão. Garantir o acesso à escola regular constitui a dimensão mais fácil de alcançar no processo de inclusão, pois depende, sobretudo, de decisões de natureza política. Já assegurar a participação e o sucesso na aprendizagem envolve mudanças significativas nas formas de conceber a função da escola e o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem (FREITAS, 2006).

Nesse sentido, as estratégias pedagógicas direcionadas a favorecer o processo inclusivo de estudantes com necessidades educacionais especiais devem considerar, dentre outros aspectos (HEREDERO, 2007), os seguintes:

- ✓ Aprender a viver com a diferença. As diferenças podem ser entendidas de modo positivo e como um estímulo para fomentar a aprendizagem.
- ✓ Recolher e avaliar informação proveniente de diversas fontes, a fim de projetar progressos nas políticas de educação e nas práticas.
- ✓ Estimular a criatividade e a resolução de problemas.
- ✓ Assumir a responsabilidade moral de assegurar a atenção necessária a alunos em situação de risco.
- ✓ Adotar medidas que garantam a presença, a participação e o sucesso destes alunos, dentro do sistema educativo comum.
- ✓ Atender ao lugar onde os alunos são educados, considerando a assiduidade e a pontualidade com que frequentam o ensino regular.
- ✓ Ter em conta a qualidade das experiências realizadas na escola, incorporando o ponto de vista dos alunos.
- ✓ Aumentar a participação e aprendizagem no curriculum, na cultura e na vida escolar.
- ✓ Observar e registar os resultados do processo de ensino e aprendizagem.
- ✓ Adquirir competências de acordo com as possibilidades individuais e que sejam significativas para a vida.
- ✓ Promover a independência e o bem-estar pessoal.
- ✓ Usar formas de avaliação que proporcionem informação sobre o progresso de todos os alunos, especialmente daqueles que estão em maior risco de marginalização.

Diante do exposto, é possível compreender que as estratégias educacionais devem ser desenvolvidas de forma a subsidiar a prática docente propondo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno.

Considerações finais

A educação inclusiva enquanto meta a atingir na sociedade atual constitui um movimento político, social e educacional que preconiza o direito de todos os indivíduos a participarem e contribuírem de forma ativa na sociedade, bem como o direito de serem aceitos e respeitados, independentemente das diferenças que revelem. Tal meta implica uma educação de qualidade, na qual para além de se valorizarem e respeitarem as características, interesses e necessidades individuais, se procura contribuir para o desenvolvimento de competências facilitadoras da participação e da cidadania.

Sendo assim, para que a escola se traduza em um espaço que privilegia a diversidade é fundamental a elaboração de estratégias adaptadas às necessidades individuais de cada estudante.

Referências

- BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.
- BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index for inclusion developing learning and participation in schools**. (2ª Ed). Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education. 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BRASIL. **Decreto Legislativo N.186/2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. 2008.
- BRASIL. **Decreto Executivo N. 6949/2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 2009.
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- FREITAS, S. N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- HEREDERO, E. S. Escuela inclusiva. Ideas para ponerla em práctica. **Revista Servicio Social e Realidade**, v. 16, n. 1, p. 111-122, 2007.
- LOPÉZ, J. L. Facilitadores de la inclusión. **Revista Educación Inclusiva**, v. 5; n.1, p.175-187 – 2012.
- MANJÓN, D. G. **Adaptaciones curriculares: guía para su elaboración**. Granada: Aljibe, 1995.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.
- ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão - construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Recebido em 2018-06-15
Publicado em 2018-06-20